

Missão do FMI chega ao Brasil para avaliar as metas econômicas

por Cláudia Safatle
de Brasília

Chega a Brasília na próxima quarta-feira a missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI), para iniciar a quantificação das metas econômicas que fundamentarão o acordo "stand by" do Brasil com o FMI, que deve estar concluído em dois meses. Quando a missão desembarcar em Brasília, é bastante provável que o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, já tenha anunciado o plano econômico do governo para os próximos dois anos de gestão esperados para o presidente Sarney.

A tendência é de que esse plano seja negociado como uma carta de intenção, ficando a cargo da missão técnica do FMI a elaboração das metas, quantificadas a cada trimestre. Para o "memorandum" técnico de entendimentos (documento que acompanha a carta de intenção), o chefe da missão, Thomas Reichman, só chegará no sábado da semana que vem.

Ontem, o ministro da Fazenda, em entrevista coletiva, adiantou que o plano, que deverá sustentar o acordo com o FMI, "não é nada de espetacular". Trata-se apenas de "um

conjunto de diretrizes que vai refletir, no papel, as medidas que o governo está adotando para estabilizar a economia e normalizar as relações externas do País, criando as bases para a recuperação dos investimentos".

"É um programa brasileiro, elaborado por técnico do governo brasileiro e aprovado pelo presidente da República", anunciou o ministro, sublinhando que "vamos dizer ao FMI que o Brasil não está de acordo em fazer um esforço maior para reduzir o déficit do setor público além dos 4% do Produto Interno Bruto (PIB) que estamos fazendo. Diferentemente de 1983, não vamos aceitar uma redução drástica do déficit,

chegar a zero, porque existem restrições sociais, econômicas e jurídicas para que isso seja alcançado."

Nóbrega admitiu que tanto o Ministério da Fazenda quanto o do Planejamento gostariam de uma redução maior do déficit público. "Mas isso não é possível e nós vamos fazer o que é possível. 4% do PIB de déficit é o máximo que o governo vai", garantiu. "Aliás, a meta é de exatos 4% e não 4,1% do PIB (cifra que foi anunciada pela Sepplan)", acrescentou o ministro.

As medidas de ajuste já foram tomadas, faltando apenas a aprovação do novo orçamento geral da União. Terminada a etapa de costura de medidas para

controlar o déficit público, "temos agora de dar prosseguimento às medidas que o governo está adotando para modernizar a economia, rever as políticas tarifária e industrial e iniciar um vigoroso processo de privatização", disse.

O ministro acha que os cortes de gastos já estão produzindo efeitos, no curto prazo, evitando o total descontrole da economia e o colapso financeiro do governo.